

ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM CONTEXTOS ESCOLARES
PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

**OS MOMENTOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA E A CONSTRUÇÃO DE
PROPOSTAS DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM TURMAS
REGULARES**

Simoni Tedesco
Nº de Matrícula: 112790047c
Polo: Juiz de Fora

Juiz de Fora
2019

SIMONI TEDESCO

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA**

OS MOMENTOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA E A CONSTRUÇÃO DE
PROPOSTAS DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM TURMAS
REGULARES

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Especialização em Educação Inclusiva em contextos escolares, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial a obtenção do título de Especialista.

Orientador (a): Professora Dr.^a Elita Betania de Andrade
Martins

Juiz de Fora
2019

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Tedesco, Simoni.

Os momentos de formação continuada e a construção de propostas de inclusão de alunos com deficiência em turmas regulares / Simoni Tedesco. -- 2019.

21 p.

Orientador: Elita Betania de Andrade Martins

Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. , 2019.

1. Inclusão escolar . 2. Formação continuada. 3. Intervenção pedagógica. I. Martins, Elita Betania de Andrade, orient. II. Título.

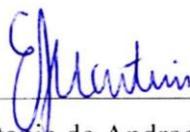
SIMONI TEDESCO

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA**

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Especialização em Educação Inclusiva em contextos escolares, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial a obtenção do título de Especialista.

Aprovado em: _____

BANCA EXAMINADORA



Professora Dr.^a Elita Betânia de Andrade Martins Orientador(a)
Universidade Federal de Juiz de Fora



Professora Dr.^a Juliana Célia de Oliveira (Avaliadora)
Universidade Federal de Juiz de Fora/ UAB



Professor Ms. Gabriel Pigozzo T. Cherp Martins (Avaliador)
Universidade Federal de Juiz de Fora/ UAB

Juiz de Fora

2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço as professoras e a coordenação pela colaboração, sem as quais não seria possível realizar este projeto e obter bons resultados.

Sou imensamente grata por ter a oportunidade de conhecer a aluna Maria, que para além de qualquer deficiência, muito me ensinou.

Agradeço a professora Elita que com competência, carinho e dedicação me orientou na construção deste trabalho.

RESUMO

O presente texto apresenta um projeto de intervenção que teve como objetivo desenvolver um plano de ação para auxiliar o trabalho das professoras responsáveis pela turma de 5º ano. Para isso, foram consultados autores como Mendes (2007), Vilaronga (2014) e Zerbato (2014) e foi desenvolvido a partir de observações da referida sala de aula na qual estava inserida uma aluna com múltiplas deficiências e da organização de momentos de formação continuada envolvendo as professoras responsáveis pela turma. Tais momentos além de possibilitarem o conhecimento sobre temas como autismo e deficiência visual, permitiu também a construção de propostas pedagógicas mais apropriadas a aluna. Os resultados obtidos reforçaram os momentos de formação continuada como importantes oportunidades para definição de caminhos que contribuam para que a escola cumpra com êxito o seu objetivo na inclusão de alunos com deficiência em turmas regulares.

Palavras-chave: Inclusão Escolar, Formação Continuada. Intervenção Pedagógica.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 7 |
| 2. IDENTIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA/ QUESTÃO..... | 10 |
| 3. O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO..... | 13 |
| 4. CONSIDERAÇÕES..... | 20 |
| 5. REFERÊNCIAS..... | 21 |

1 INTRODUÇÃO

O debate acerca da inclusão escolar é uma questão recorrente em nosso país. A Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, que aconteceu em Salamanca, na Espanha em junho de 1994, foi precursora da inclusão ao “examinar as mudanças fundamentais de política para desenvolver a abordagem da educação inclusiva, nomeadamente, capacitando as escolas para atender todas as crianças, sobretudo as que têm necessidades educativas especiais”. (SALAMANCA, 1994)

Desde então, a Educação inclusiva tem sido amplamente discutida em vários setores da sociedade. Muitas Políticas Públicas vêm sendo criadas para assegurar o direito a igualdade de oportunidades aos indivíduos independente de suas especificidades.

A proposta de educação inclusiva se tornou um dos alvos da política educacional vigente, essa discussão gira em torno de circunstâncias que assegurem a dessemelhança como um fator de garantia a condições diferenciadas para a efetivação de um bem estar ao indivíduo deficiente.

Tendo em vista que a educação é um dos direitos fundamentais que deve ser garantido a fim de reduzir desigualdades históricas, no caso de indivíduos com deficiências, pressupõe-se como necessária a adoção de alguns mecanismos de diferenciação associados aos mecanismos já institucionalizados pela cultura, a fim de se equiparar as condições de ensino para se chegar a uma igualdade de produtos, garantindo a todos o acesso aos bens e serviços. (MENDES, 2014, p.23)

Para garantir o direito de todos os alunos, independente de alguma especificidade, tenham acesso à escola, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (Lei Federal nº 9394/96), além de definir o que é a educação especial e estabelecer que seu atendimento deverá acontecer preferencialmente na rede regular de ensino (art.58), indica a necessidade de assegurar condições necessárias a esse atendimento:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I- currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades.

II - (...)

III- professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; (BRASIL, Lei 9394/96, art. 59, inciso I e III, 1996)

Apesar de a própria Lei sinalizar a necessidade de adequações para este atendimento, essa é uma tarefa que nem sempre tem sido fácil, pois conforme alertam Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014)

[...] a garantia de permanência e sucesso, conseqüentemente, o direito à educação, somente seriam possíveis se a escola comum conseguisse responder às necessidades educacionais diferenciadas desses alunos, uma vez que a igualdade de condições, nesse caso, não significa equiparação de oportunidades para acessar o conhecimento produzido e acumulado pela cultura. (MENDES, VILARONGA, ZERBATO, 2014, p.9)

Pensando nesses direitos garantidos pela Legislação é possível constatar que a inclusão nas escolas de educação básica apresenta um distanciamento entre a lei e sua concretização. Mendes (2007) cita estudos de um grupo de pesquisa¹, os quais indicaram faltar aspectos básicos que garantam não só o acesso, mas também a permanência e o aprendizado de alunos com deficiência em classes comuns. Segundo o referido estudo “é preciso considerar que se trata de um desafio considerável construir uma escola inclusiva num país com tamanha desigualdade”. (MENDES, 2007, p.140)

Para a superação deste quadro e a concretização dos direitos assegurados pela legislação, se torna necessário que as escolas regulares incluam em seus currículos, práticas pedagógicas e metodológicas para um ensino inclusivo que atenda às diversas necessidades dos discentes. Thousand e Villa (1989) indicaram duas características para uma escola se tornar inclusiva: gastar tempo e energia formando a equipe escolar e capacitar a equipe escolar para tomar decisões de forma colaborativa.

Vilaronga e Mendes (2014, p.142) também consideram a formação de professores como um alicerce para a educação inclusiva e alertam “Para que o contexto inclusivo não permaneça somente na retórica, deve-se pensar em formação de recursos humanos, em condições de trabalho para esse professor e em espaço de diálogo entre os formadores e a escola.”

Para acontecer à mudança no currículo não basta apenas incluir no Projeto Político Pedagógico da escola o acesso a inclusão, é necessário ir além de mudanças escritas e promover estratégias para as ideias acontecerem e assim promover o desenvolvimento de todos os alunos

¹Grupo Formação de Recursos Humanos e Ensino em Educação Especial (Fooreesp), da Universidade Federal de São Carlos (Ufscar)

e apoiar principalmente os que dependem de estratégias direcionadas para se estabelecerem no ambiente educacional com propriedade, como afirmou Mendes, Vilaronga e Zerbato, (2014).

Neste sentido de proporcionar um ambiente acolhedor e incentivador que resgate a todos os alunos e suas variadas situações diante do processo de alfabetização e inclusão, é necessário capacitar os educadores e todo corpo docente que atue com o público assistido pela escola.

Mendes, Vilaronga e Zerbato apontam que

o professor do ensino comum é, de fato, uma das figuras mais importantes para o sucesso da inclusão escolar dos alunos público-alvo da Educação Especial. É ele que, no dia a dia, consegue detectar os ajustes que podem e devem ser feitos no ambiente, que vai colaborar na interação da criança com os outros colegas, assim como pensar e criar condições satisfatórias, na medida do possível, para o bom desenvolvimento da aprendizagem dos alunos. Por isso a formação inicial e continuada do professor e demais profissionais que trabalham em serviços educacionais para estudantes público-alvo da Educação Especial precisa ser revista. ((MENDES, VILARONGA, ZERBATO, 2014. p. 39)

Assim, conforme os referidos autores, a atuação do professor com o educando pode ser considerada decisiva no processo de inclusão, pois os alunos com alguma deficiência necessitam de um bom acolhimento que não se desdobre apenas em cuidados, mas em um atendimento por um profissional que tenha conhecimento sobre as deficiências e suas especificidades.

Com bases nessas ideias, organizamos o presente texto que apresenta relato sobre um projeto de intervenção desenvolvido em uma escola municipal da zona da mata mineira, junto a professores e alunos de uma turma de 5º do ensino fundamental, na qual estava matriculada uma aluna com múltiplas deficiências. Para apresentação do desenvolvimento, este texto está organizado em quatro seções. Além desta introdução, no segundo capítulo, apresentaremos a identificação da questão que nos moveu a realizar tal projeto, cujo desenvolvimento será apresentado no terceiro capítulo. Em seguida, apresentaremos, algumas considerações.

2 IDENTIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA/QUESTÃO

Refletindo sobre os direitos de educação e a necessidade da garantia de oportunidades de aprendizagem, como essas garantias são respeitadas dentro da escola, para que sejam resguardadas e alcancem quem de fato está descaracterizado pela escassez de amparo

e a partir de algumas situações vivenciadas como educadora é possível perceber a carência de formação para um professor atender a necessidades específicas de alunos com deficiência.

Essa questão é sempre debatida pelos professores, por não ter uma exigência mínima em educação especial para ser professor da sala regular e da Docência Compartilhada² da realidade pesquisada, os professores assumem turmas dos anos iniciais do ensino fundamental conscientes sobre a inclusão, mas questionam sobre a deficiência do aluno em questão. Tal fato acontece não por discriminação, mas por insegurança dos docentes que muitas vezes não se sentem preparados para compreender as necessidades dos alunos.

Um dos aspectos a serem redefinidos para obter bons resultados na inclusão escolar dos estudantes, público alvo da educação especial da rede em questão, seria a qualificação dos professores através de formação continuada em educação especial para receber todos os alunos, em especial, aqueles que possuem alguma deficiência, para que não sofram nenhuma forma de exclusão.

A inaptidão do professor sobre determinada deficiência pode ser um dos fatores a interferir negativamente na inclusão dos alunos que necessitam de igualdade de condições e oportunidades para se estabelecerem no campo escolar.

É necessário destacar que outros aspectos também interferem no sucesso da inclusão como: escassez de equipamentos, número de alunos por turma, adaptação, planejamento, acessibilidade, entre outros, porém neste estudo, o interesse é pela formação docente.

Tal interesse está diretamente ligado à nossa experiência profissional. Faz quatro anos que trabalho na Escola Municipal AC, situada em um município da zona da mata mineira. É uma escola de ensino fundamental que possui 780 alunos; atualmente, sou professora contratada da Sala de Recursos Multifuncionais. Além dos atendimentos individuais que são propostos para os alunos com direito a terem duas matrículas, uma na sala de aula regular e outra no Atendimento Educacional Especializado (AEE), também realizo várias intervenções com os professores da “Docência Compartilhada”, como por exemplo situações relacionadas a chegada de um aluno com deficiência e sua acomodação na escola, adaptação que nem sempre é fácil de acontecer. Muitos alunos, deficientes ou não, passam por um período conturbado para

² Professor de apoio que atua junto ao professor da sala regular quando há alunos com alguma deficiência que “tenham impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental intelectual, ou sensorial e que podem ter restringida a sua participação na escola e na sociedade.”(BRASIL, 2008, p.15)

se chegar à escola, tanto na primeira vez em que é matriculado, como na troca de escola ou até mesmo, no período férias.

A adaptação do aluno, a conquista da confiança dos pais com a escola e uma série de empecilhos que demandam tempo para serem diluídos, o papel do professor da sala de aula regular juntamente com o professor da docência compartilhada se torna decisivo para acontecer a inclusão.

A referida escola recebeu uma aluna, aqui denominada por Maria³, com deficiência múltipla que foi matriculada no 5º ano do Ensino Fundamental e é diagnosticada com (TGD) não especificado (F84.9⁴), incontinência urinária não especificada (R32), cegueira em ambos os olhos (H54.0) e outras formas de anoftalmia (Q11.1).

A aluna é cega, tem autismo e possui uma deficiência nas pernas e pés, necessitando do uso de cadeira de rodas. A sua acomodação na escola, depende diretamente do auxílio constante das professoras. Ela necessita de amparo permanente dentro da sala, a presença de uma professora ao seu lado parece tranquilizá-la, geralmente, a professora de apoio faz esse suporte. Não se comunica verbalmente, muitas vezes as professoras conseguem identificar os seus desejos através de gestos ou sons emitidos. Apesar de não usar a linguagem verbal, consegue reproduzir sons, inclusive cantando trechos de músicas que gosta. Precisa de auxílio para se alimentar e trocar a fralda.

As professoras da turma se deparam frequentemente com dificuldades para trabalhar com a aluna, mas buscam discutir sobre o material pedagógico a ser usado e se a apresentação do Sistema Braille seria uma opção adequada, porque o autismo a limita na execução das atividades.

A escolha por possibilidades de intervenção fica mais complexa, quando consideramos o fato da aluna chorar, pois por apresentar sensibilidade auditiva e tátil, constantemente se incomoda com os estímulos sonoros emitidos dentro da sala de aula, o que dificulta em muito, a realização de atividades.

Para compreender melhor a necessidade da aluna é necessário conviver na sua rotina escolar a fim de buscar meios de trabalho que sejam efetivos em seu processo de escolarização. As professoras da turma do 5º ano necessitam de um acompanhamento especializado para ajudá-las a compreender melhor as deficiências da aluna e planejar ações na

³ O nome é fictício para garantir o anonimato dos participantes.

⁴Número do CID- Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde

sala de aula para incluí-la. Para isso, foi necessário observar a sala de aula para identificar as necessidades da aluna e elaborar a proposta de intervenção desenvolvida.

Vale ressaltar que nesse processo de inclusão, muitas vezes, o motivo pelo insucesso é atribuído a falta de um local acessível em todos os sentidos. Essas condições precárias, sem dúvidas, prejudicam tal processo, porém a falta de formação adequada dos professores também é um fator impactante. Por diversas razões, o professor nem consegue cursar formações continuadas, o que pode gerar uma “estagnação condicional”, uma “mesmice” que acaba por dificultar o docente a lidar com as mudanças que acontecem em todos os segmentos educacionais. Um educador necessita se atualizar para conseguir contextualizar as suas aulas a realidade emergente a qual vivemos, para isso a formação continuada é imprescindível.

Acreditando na importância do papel do professor na vida escolar dos alunos e, principalmente do aluno com deficiência, entendemos ser necessário para uma melhor atuação desses profissionais, dentre outros pontos, um conhecimento prévio sobre as deficiências, inclusive o professor da docência compartilhada, que deverá atuar junto ao professor regente de turma para garantir que hajam as condições adequadas para atendimento a um aluno com deficiência incluído em uma turma regular.

Refletindo sobre essa necessidade do professor estar preparado para organizar o processo pedagógico para todos, inclusive para o aluno com deficiência, fica evidente a urgência de todos os professores se capacitarem para conseguir, de fato, trabalhar considerando as características ligadas à deficiência de cada aluno da inclusão.

Quando os professores buscam se aperfeiçoar sobre as diferentes formas de atender seus alunos, a relação que ambos criam é mais repleta de aprendizados. O aluno não vai à aula e fica na escola apenas para passar o tempo resguardado por lei, ao contrário, sua presença se torna significativa e os aprendizados acontecem com mais segurança, tanto para o professor como para o aluno, então a relação se torna cada vez mais sólida e a inclusão acontece.

A partir dessas ideias, desenvolvemos um projeto de apoio ao trabalho das duas professoras da turma do 5º ano, na qual está inserida a aluna Maria. O intuito foi orientar as professoras sobre as deficiências da aluna, para que consigam conduzir formas de trabalho condizentes com suas necessidades e inclusive sobre materiais pedagógicos adaptados às necessidades desta aluna.

Para isso, definimos como objetivo geral deste projeto: Desenvolver um plano de ação para auxiliar o trabalho das professoras responsáveis pela turma de 5º ano, na qual está matriculada Maria. E como objetivos específicos:

- Incentivar momentos de formação continuada na escola dos professores que atendem alunos com deficiência
- Contribuir para a construção de estratégias educacionais adequadas as necessidades de um aluno com deficiência;
- Promover a inclusão de uma aluna com múltiplas deficiências na sala de aula regular.
- Favorecer a criação laços de amizade, respeito e tolerância entre alunos e professores.

3- O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

O projeto que teve seu desenvolvimento durante os meses de março e abril de 2019, iniciou a partir de observações na sala de aula, realizadas em visitas em três vezes da semana, durante cinco semanas. Foi possível analisar a situação da aluna com deficiência, dos alunos da turma e principalmente, das professoras. Semanalmente, a professora regente da turma atua diretamente com os alunos durante treze horas e vinte minutos, um pouco mais que três dias. Para completar a carga horária semanal, existe outra professora que atua com as disciplinas de Geografia, História e Ciências, além das aulas de Biblioteca, Informática e Educação Física. A professora da docência compartilhada é a que fica mais tempo com a aluna e a turma, pois está presente na sala, todos os dias.

A escola optou por se organizar de forma que a professora regente de sala ministre apenas a disciplina de português, e a professora contratada para a docência compartilhada fique responsável pela disciplina de Matemática, procurando se revezar no apoio a aluna.

Pudemos observar que a responsabilidade de ministrar uma disciplina causa incomodo à professora da docência compartilhada, que se sente sobrecarregada ao ter que assumir o planejamento de uma disciplina e ser responsável pela Maria, para ela era melhor ficar apenas com a aluna.

Ao observar as duas professoras foi possível perceber que tinham comportamentos bem distintos e tratavam a situação de formas diferenciadas. A regente da turma, que já atua na escola há nove anos, apresentava ser experiente na profissão, com muito domínio sobre todas as atividades e situações, mantinha a organização da sala e conseguia a participação dos alunos de forma tranquila e ordenada. Aparenta ser uma pessoa calma, serena e disposta a aprender e

buscar formas de trabalhar com a aluna. Sua tranquilidade refletia em calma quando estava com a Maria. Também, apresentava empatia pela outra professora e em todo momento se dispunha a ajudar, porém mesmo com toda tranquilidade, estava ansiosa e não conseguia usar a sua experiência para trabalhar com a aluna deficiente, o que parecia causar frustração.

A professora da docência compartilhada expressava outro perfil, era sensível e agitada, se desinquietava com qualquer simples mudança de humor da aluna. Era o seu primeiro ano na escola, apesar de já ter trabalhado com crianças deficientes, estava com dificuldades para dar suporte à Maria. Tudo parecia ser muito novo e desafiador para ela, o que complica a partir da responsabilidade por ministrar a disciplina matemática. Muitas vezes, quando Maria por alguma razão se desestabilizava, a professora ficava inquieta e chegou a afirmar que não estava preparada, inclusive pensando em desistir do cargo, pois se sentia incapaz naquele momento para atender tal situação.

Ainda, durante o período de observação na sala de aula, foi possível perceber que a aluna tem hiper sensibilidade a sons, além disso, gosta de ficar deitada e quando a sentamos na tentativa de fazer alguma intervenção, fica poucos minutos e chora incessantemente até ser deitada novamente. O plano de atendimento da aluna no AEE, elaborado a partir de orientações dos profissionais do CAEE⁵, consiste em minimizar o tempo da criança deitada, tanto nos atendimentos como na sala de aula, para criar formas que a ajudem a se sentir bem e interagir.

Diante dessas observações, ficou mais evidente a necessidade de uma formação específica para as professoras. Considerei oportuno orientar as professoras, com base no Material do Instituto Benjamin Constant⁶, o qual alerta sobre a importância da verticalidade do corpo. Na busca de conseguir instigar a aluna a ficar mais assentada e interagir com os colegas de turma, orientei as professoras a usarem diversos instrumentos pedagógicos para despertar a atenção dela, tais como objetos de diferentes tamanhos e texturas, porém muitos não foram interessantes e Maria continuava irritada ao manuseá-los sempre se negando a segurá-los.

Depois de muitas conversas e busca de informações com profissionais especializados em Braille e em Autismo e bibliografias sobre o tema, concluímos que seria necessária uma intensa estimulação sensorial para que ela conseguisse sentir, através das mãos,

⁵ Centro de Atendimento Educacional Especializado.

⁶ALMEIDA, Maria da Glória de Souza. **Alfabetização através do Sistema Braille**. Departamento Técnico Especializado. Divisão de capacitação de Recursos Humanos. Instituto Benjamin Constant.

objetos que ajudariam a ampliar a relação dela com o contexto e contribuíssem para uma situação de aprendizagem significativa.

Outro fato que gerou incômodo durante as observações, era o fato de a aluna parecer isolada do restante da turma. Maria ficava deitada em um colchão no fundo da sala, se recusava a sair daquele lugar que parecia ser confortável. Através de gestos e atitudes dos docentes, percebi que queriam mudar essa situação, mas não sabiam como começar, temiam o desconforto da aluna e suas crises intensas de choro.

Diante dessa situação, acreditei ser oportuno orientar os professores sobre as características da deficiência visual. Para isso, dentro de uma proposta de momentos de formação continuada, foram utilizados slides sobre deficiência visual, mobilidade e orientação de um curso que participo sobre “Metodologias e estratégias de ensino e aprendizagem para estudantes com deficiência visual” oferecido pelo Núcleo de ações inclusivas do Instituto Federal. Esse breve momento de formação junto as duas professoras que ficavam mais tempo com a turma, ocorreu em dois dias. Usamos duas aulas de educação física (cinquenta minutos cada), em um período no qual a aluna estava de atestado médico, possibilitando a professora de docência compartilhada, um momento “livre”.

Durante esse momento, foi possível observar que as professoras tinham muitas dúvidas, não sabiam o termo adequado para se referirem a pessoas com deficiência. Tratamos sobre temas como orientação e mobilidade, interação com o meio ambiente, os tipos de cegueira que influem diretamente na forma de conduzir as mediações.

Apesar do interesse das professoras pelos momentos de formação, eram grandes as dificuldades para a definição de horários que possibilitassem a presença das duas professoras, dentro de seu horário de trabalho na escola. Um dos motivos é o fato de apenas a professora regente ter parte de sua carga horária (25%) destinada a atividades como formação, direito ainda não assegurado para as professoras contratadas para a docência compartilhada, o que constitui em um complicador para garantir tempo em comum. Assim, buscamos utilizar o horário das aulas de Educação Física, contando com o apoio da coordenação que disponibilizou a professora eventual para acompanhar a aluna, nas aulas de Educação física, enquanto nos reuníamos na sala de aula.

Em outro dos encontros de formação discutimos sobre a criança com deficiência visual e sua família. Ao tratarmos deste tema, as professoras se identificaram com alguns pontos sobre a expectativa da família, em especial da mãe, sobre o processo de alfabetização da criança. As professoras relatam que em muitas conversas com a mãe, era possível perceber como ela

tem o desejo que a filha seja alfabetizada em Braille, apesar de também demonstrar certa preocupação com este processo devido às características da filha dentro do TEA⁷.

Esse desejo da mãe inquietava as professoras, que não se sentiam preparadas, e assim, buscavam respostas para saber se, e como, ocorrerá esse processo de alfabetização. Em nossa compreensão, as professoras estavam presas as limitações da criança, mas ansiavam ajuda para ter formas de trabalho adequadas e significativas.

É preciso destacar que a mãe da criança é muito presente em sua vida escolar e sempre deseja saber o que as professoras estão trabalhando com aluna. Percebi um incomodo das professoras com a participação da mãe, que relatavam sentirem-se incapazes diante das tentativas frustradas de trabalho, e que não conseguiam ter uma atividade para “mostrar a mãe”.

É de fundamental importância a participação da família na vida escolar de qualquer criança, para a aluna em questão, a presença da mãe na escola representa um elo de ligação entre a criança e a escola, pois como a aluna não sabe expressar os seus desejos através da fala e da visão, a mãe é uma mediadora de tudo que acontece diariamente em casa e os professores também, são os responsáveis por mediar oralmente o que acontece na escola para a família.

Acreditando na importância do elo família-escola, como uma das atividades deste projeto, foi realizado um momento de reunião com a mãe, visando conhecer sobre a vida escolar da aluna em outras escolas, nas quais ela estudou. A mãe prontamente aceitou.

A reunião contou também com a presença das professoras, e juntas pudemos conversar sobre as atividades que a mãe da aluna apresentou. Eram duas sacolas cheias de atividades desenvolvidas por Maria, em outra escola. Folheamos tudo, conversamos sobre os meios de trabalho construídos por outros profissionais para que fossem adequados as necessidades da criança. Nossa conversa foi muito produtiva, as professoras gostaram de ver os trabalhos e a mãe demonstrava satisfação em perceber que estávamos preocupadas em proporcionar algo expressivo para a filha.

Contrariando minha percepção sobre a conversa com a mãe, dois dias após a reunião, constatei que as professoras estavam frustradas com os materiais que a mãe havia apresentado, pois entenderam aqueles materiais como modelo do que poderia ser utilizado com a aluna e não conseguiam entender como adaptá-los, dentro do que era proposto a ser trabalhado naquele ano.

Como parte do processo de formação continuada, as orientei que podíamos aproveitar muitas ideias entrelaçadas naqueles materiais. Então, conversamos muito sobre ter

⁷ Transtorno do Espectro Autista.

um olhar apurado acerca de algo e conseguir enxergar oportunidades, descartando o que não vai ser enriquecedor para o trabalho.

A análise do material apresentado pela mãe, indicava que quem produziu o material poderia ter um bom conhecimento sobre Braille e estimulação sensorial. Orientei as professoras de que nem todas as atividades de Maria precisavam ser desenvolvidas em folhas de papel, há diversas formas de estímulos, inclusive com material concreto e todas fazem parte da construção de aprendizado.

As conversas com as professoras indicaram a necessidade de buscar alternativas de materiais que pudessem auxiliar no trabalho com a aluna. Para isso, era importante, identificar as necessidades dela e acompanhar seus progressos.

Dentre os materiais consultados, destacamos a apostila oferecida pelo Instituto Benjamin Constant sobre “Alfabetização no Sistema Braille”, a qual indicava a necessidade de estimulação dos dedos e das mãos para conseguir promover em um aluno com deficiência visual, a percepção através dos sentidos remanescentes. A questão era refletir sobre quais materiais poderiam ser utilizados para essa estimulação e de como criar, confeccionar, recursos de baixa tecnologia para poder estimular essa criança.

Encontramos apoio em outra publicação, o “Guia Prático Para Adaptação em Relevo” da Fundação Catarinense de Educação Especial, organizado com imagens que exemplificam a produção de materiais confeccionados, a partir de regras para não interferir na compreensão do cego, e apresentava diversos materiais de fácil acesso e preço acessível que podem ser usados para a confecção de instrumentos de estimulação sensorial.

A partir dessas informações, orientei as professoras a buscar recursos com diferentes texturas e tamanhos, tais como: botões, EVA, lixas, tecidos, massinha de modelar, caixas de papelão, muito material reciclável.

Como a aluna tem resistência em segurar objetos, orientei as professoras a colarem os objetos em retângulos de papelão e estimular que ela os tocasse com as mãos e buscasse ficar assentada focando a sua verticalidade, o equilíbrio postural, a articulação e harmonização dos seus movimentos, o aperfeiçoamento da coordenação motora global e fina e o desenvolvimento da força muscular.

Também apresentei a elas, a proposta de trabalhar com a Maria, utilizando uma Mesa Sensorial, construída com objetos sobre o tampo que permitiam a aluna sentir as formas, texturas, tamanhos, sem precisar segurá-los, possibilitando ainda, que ela permanecesse sentada durante a manipulação. Os colegas da turma também se interessam em ajudá-la e em muitos momentos passaram a interagir com ela.

Pessoas com deficiência múltipla, que não apresentam graves problemas motores, precisam aprender a usar as mãos. Isso para servir como tentativa de minorar as eventuais estereotípias motoras e pela necessidade do uso de ambas para o desenvolvimento de um sistema estruturado de comunicação. (BRASIL, 2010. p.11)

Esse foi um avanço importante, entretanto, percebíamos outro desafio, quando considerávamos que as crianças da sala, tinham vontade de interagir com Maria, mas não entendiam porque ela repentinamente se desestabilizava e chorava, ou porque ficava deitada em um colchão, enquanto o restante da turma ficava nas carteiras.

Tal situação apontou a necessidade de que o projeto incluísse um trabalho de esclarecimento às crianças, o que foi feito através de mini palestras e consultas no laboratório de informática sobre o autismo e a deficiência visual.

No primeiro dia, constatamos que muitos dos alunos já tinham escutado os termos, mas não sabiam o seu significado, porém à medida em que explicava as características do autismo, os alunos da turma foram relacionando a algumas reações de Maria e de outros alunos da escola.

A aluna também participou da palestra e a professora da docência compartilhada permaneceu ao seu lado. Programamos as intervenções para uma hora e quarenta minutos, mas se estendeu para duas horas, devido à participação do grupo. Continuamos desenvolvendo atividades com a turma no laboratório de informática por mais cinquenta minutos para que pesquisassem alguns sites sobre o autismo.

Em um segundo momento, em outra aula de História e Geografia, realizamos uma palestra para a turma, abordando o tema “A deficiência visual e suas características” com duração de aproximadamente uma hora e meia. Durante as orientações, foram abordadas questões como a orientação e mobilidade do deficiente visual, as professoras também estavam atentas as explicações. Foi possível observar que os alunos se interessaram pelo assunto e queriam ajudar à amiga, tentando construir estratégias para que ela participasse das aulas de Educação Física.

Em seguida, fomos para a sala de informática e usamos um site⁸ com perguntas e respostas sobre orientação e mobilidade, depois assistimos a um vídeo sobre a deficiência visual

⁸<https://www.reab.me/como-falar-com-uma-pessoa-cega-sem-medo-dicas-uteis-para-socializar/>

e o uso de Cães Guia⁹, que surpreendeu os alunos. Eles se impressionaram com a agilidade e segurança dos cegos e a afinidade que os cães compartilham com seus donos.

A partir das reações positivas dos alunos percebemos que estavam empolgados com as novas informações e sobre como poderiam ajudar a colega, inclusive descrevendo para ela, os ambientes onde estavam, antecipando a rotina e ajudando as professoras a fazerem uma rotina diária para a sala, com o intuito de organizar a vida escolar da aluna.

Apesar da resistência à mudança de hábitos e postura da aluna e da necessidade de um tempo maior para conseguir alcançar os objetivos propostos para a intervenção, o trabalho foi positivo e gratificante, observando muitos avanços e mudanças de comportamento da criança e indicando a necessidade de novas ações a serem desenvolvidas ao longo do ano.

4- CONSIDERAÇÕES

Perceber que a aluna está reestruturando diariamente seus hábitos na escola, nos impulsiona a buscar alternativas para encontrar soluções criativas que possam instigar o seu processo de aprendizagem

Nesse período do projeto de intervenção e a partir dos relatos das professoras e as conversas com a mãe da aluna, foi possível perceber a necessidade do desenvolvimento de ações junto à mãe da criança. Suas carências, anseios, inseguranças manifestadas naqueles momentos de contato com a escola, revelam a busca por um trabalho de qualidade com a filha, o que muitas vezes a deixava desorientada e resultavam em cobranças junto às professoras de formas de trabalho que não condiziam com as reais necessidades da filha.

Em nossa avaliação, a mãe precisa de um acompanhamento e muita orientação, por esta razão, um de nossos encaminhamentos é de que a escola entre em contato com o CAEE¹⁰ de referência e solicite orientação de algum trabalho ou apoio profissional a ser ofertado a esta mãe.

Quanto ao momento de formação com as professoras, principal intenção deste projeto, apesar do curto período em que o trabalho foi realizado, em alguns encontros semanais

⁹vídeo apresentado pelo Luciano Huck e foi ao ar em seu programa na rede Globo disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/7461716/programa/>>

¹⁰ Centro de Atendimento Educacional Especializado.

nos meses de março e abril avalio como positivo. Nos momentos em que convivi com a turma e principalmente com as professoras, foi possível perceber a mudança de postura das duas professoras em relação a aluna, pareciam mais tranquilas para recebê-la no início das aulas, já não a colocavam deitada. Demonstavam preocupação em fazer as estimulações através dos materiais sensoriais que estavam produzindo, e também a incluíam na participação das atividades com a turma. O deitar ficou sendo apenas um momento breve de descanso que acontece em poucos minutos.

A aluna demonstra felicidade em suas feições, já não chora constantemente, está aceitando o toque das professoras e também está sentindo-as através das mãos. Acredito que ela está criando um vínculo de confiança com as professoras e começando a perceber os colegas como amigos.

Estou surpresa com as mudanças, foram além das minhas expectativas e as professoras também relataram esta sensação de modificação, de proximidade com a aluna e dela com os outros alunos. O ambiente da sala de aula está mais harmônico e propenso para futuras mudanças.

Tudo isso foi possível através das orientações que auxiliaram as professoras a perceberem a aluna de forma diferente e pensarem meios de incluí-la na sala de aula.

Além das mudanças perceptíveis na sala, também ficou evidenciada a necessidade de momentos na escola que priorizem a formação continuada dos professores, a partir de suas demandas cotidianas. Essas formações podem acontecer nas reuniões pedagógicas mensalmente e podem auxiliar outros professores no processo de inclusão de alunos com deficiência em turmas regulares.

5- REFERÊNCIAS

BRASIL, **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996, v. 134, n. 248.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marco Político- Legal da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2010. p.11.

_____. Ministério da Educação, secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2008. p.15.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre **Princípios, políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, Salamanca, Espanha, 1994.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **Projeto S.O.S inclusão**: avaliação de um programa de consultoria colaborativa de apoio a inclusão escolar. Relatório técnico de Produtividade em Pesquisa- CNPq. São Carlos: UFSCar, 2007. p. 140.

MENDES, Enicéia Gonçalves. VILARONGA Carla Ariela Rios. ZERBATO, Ana Paula. **Ensino Colaborativo como apoio a inclusão escolar**: unindo esforços entre a educação comum e especial. São Carlos, Edufiscar, 2014. p.9 e 39.

THOUSAND, J. S. VILLA, R. A. **Enhancing success in heterogeneous schools**. In: STANINBACK, S.; STANINBACK, W.; FOREST, M. Educating all students in the mainstream of regular education. Baltimore: Brookes, 1989.

VILARONGA, Ariela Rios. MENDES, Enicéia Gonçalves. **Ensino Colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores**. Revista brasileira de estudos pedagógicos. Brasília. Vol.5 n. 239. Jan. Abril 2014. p.142.